



**A** cega obediência das lideranças políticas sul-americanas ao decálogo de Washington demonstrou de forma cabal a falência do modelo neoliberal desenhado em Washington e implementado pelos nossos burocratas de primeiro escalão



mo sediado em Washington, patrocinado pelo Governo e pelo empresariado norte-americano, que levou o mundo a enfrentar crises financeiras e cambiais que destroçaram economias nacionais nas últimas décadas.

A cega obediência das lideranças políticas sul-americanas ao decálogo de Washington não só complicou especialmente a vida de argentinos e brasileiros, como também a dos demais povos latinos, e demonstrou de forma cabal a falência do modelo neoliberal desenhado em Washington e implementado pelos nossos burocratas de primeiro escalão, nas duas últimas décadas, por decisão, é óbvio, da maioria dos governantes em todos os quadrantes do globo terrestre.

No Brasil, por exemplo, alguns elementos da falência do receituário de Washington são visíveis. Em primeiro lugar, faço referência ao descalabro da nossa violenta realidade social, aliás um estigma latino-americano, que traz a marca da cristalização da exagerada concentração de renda e propriedade, da insegurança social, do desemprego e da pobreza que vagam pelas ruas dos nossos centros urbanos. Em segundo lugar, apanho o exemplo do setor elétrico brasileiro, uma das mais inteligentes elucubrações da engenharia hidroelétrica humana, transformada num fracasso pelo sofisticado modelo de privatização orientado pelo Consenso

de Washington e empresas de consultoria internacional, em especial norte-americanas – agora abandonado pelo Governo que se retira – que nos trouxe racionamento, tarifaço e prejuízos generalizados para a população. Em terceiro lugar, na última década, explodiram as dívidas interna e externa, passando de cerca de 150 bilhões de reais para mais de 850 bilhões de reais a primeira e para cerca de US\$ 235 bilhões a externa, no mês de junho do corrente ano de 2002.

E mesmo concordando com a catástrofe que provocaram, os arautos de Washington começam a falar, agora, numa proposta formulada pela “Segunda Geração do Consenso de Washington”, em que propõem aos governantes latino-americanos uma maior ênfase na solução das questões sociais que os atormentam e flagelam os nossos povos, e que, é claro, foram alimentadas pela adoção do receituário da Primeira Geração do Consenso de Washington.

**C**oncordando com a catástrofe que provocaram, os arautos de Washington começam a falar, agora, numa proposta formulada pela “Segunda Geração do Consenso de Washington”, em que propõem aos governantes latino-americanos uma maior ênfase na solução das questões sociais



Felizmente, com a eleição de líderes sul-americanos comprometidos com o destino dos nossos países no tal contexto globalizado, vemos surgir, mais uma vez, a oportunidade para avançarmos na construção de uma nova estratégia desenvolvimentista para a América Latina.

Nesse sentido, o Mercosul constituiu-se numa exclusiva plataforma de apoio para a retomada do desenvolvimento regional.

Felizmente, no Brasil, elegemos Luis Inácio Lula da Silva o novo Presidente para o quadriênio 2003/2006, num movimento popular de esperança de mudança do modelo de Washington que implicou no empobrecimento crescente das nossas populações, de norte a sul do país.

E o Presidente Luis Inácio Lula da Silva tem o maior interesse no fortalecimento, consolidação e ampliação do Mercosul, conforme tem explicitado como Presidente eleito, o que reserva lugar de destaque tanto para o trabalho dos Parlamentos Nacionais em nosso bloco econômico, como aponta e resgata a importância do meio acadêmico, ambiente mais adequado para a retomada dos debates e discussões sobre as teorias econômicas que devem respaldar o exercício responsável da política, caminho democrático para a construção de sociedades que possam garantir a qualidade de vida que os nossos povos sonham, merecem e reclamam desde cinco séculos.

Torna-se, portanto, imprescindível e urgente a formulação de uma estratégia que nos possibilite aprofundar o Mercosul, ou seja, fortalecê-lo, ampliá-lo e consolidá-lo como bloco econômico representativo das economias regionais sul-americanas, capaz de atuar no cenário globalizado em que teremos de negociar nossos interesses econômicos.

Creio que somente organizados num bloco econômico nos faremos respeitar frente aos demais blocos econômicos mundiais, como a União Européia ou até mesmo frente a uma possível Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, como querem os norte-americanos.

Por oportuno, permitam-me os senhores e as senhoras aqui presentes, fazer uma parada histórica para lem-

brar as falas de dois importantes analistas da nossa história sul-americana, Frei Bartolomeu de Las Casas, sobre a América Espanhola, e Pero Vaz de Caminha, o escriba português que registrou de modo admirável os primeiros momentos da conquista das terras do Brasil pelos navegadores portugueses no distante ano de 1500.

**S**omente organizados num bloco econômico nos faremos respeitar frente aos demais blocos econômicos mundiais, como a União Européia ou até mesmo frente a uma possível Área de Livre Comércio das Américas



Disse Frei Bartolomeu de Las Casas: “Chegaram os conquistadores, vai começar a matança”, dos nativos locais na América Espanhola, e a lição que nos dá este registro histórico é a de que nada conseguiremos sem luta e compromisso em nome dos nossos povos e dos nossos interesses comerciais.

Quanto a Pero Vaz de Caminha, em carta ao Rei de Portugal, narrando o “descobrimento do Brasil”, já apontava a riqueza do nosso solo, como que identificando o nosso potencial agrícola, ao afirmar que “aqui”, em terras brasileiras, “em se plantando tudo dá”.

E permitam-me aproximar e relacionar esses dois vaticínios de testemunhos oculares da nossa dramática formação histórica sul-americana, lembrando-lhes que há apenas vinte anos os EUA nos sobrepujavam na produção de soja, e hoje, na colheita do ano agrícola de 2002/2003, os ultrapassaremos na produção desse tipo de grão oleaginoso, tão valorizado pela indústria de processamento de alimentos em todo o mundo.

E aqui aproveito para falar da ALCA, já que ressaltarei a importância de lutar para defender os interesses econômicos regionais da América do Sul e da nossa histórica e potencial capacidade como produtores mundiais de alimentos.

**N**o médio e no longo prazos a implantação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) tende a enfraquecer o Mercado Comum do Sul (Mercosul), pelo poder de atração da mais forte economia mundial



No médio e no longo prazos a implantação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) tende a enfraquecer o Mercado Comum do Sul (Mercosul), pelo poder de atração da mais forte economia mundial, a norte-americana, em parte graças ao poder de barganha dos seus mercados setoriais num cenário de livre competição com seus similares brasileiro, argentino, uruguaio e paraguaio ou qualquer outro dos sistemas de blocos econômicos sul-americanos.

Até o presente momento, as negociações para a criação da ALCA tem esbarrado na resistência dos países que compõem o Mercosul contra a declarada intenção dos EUA de oficializar uma área de livre comércio continental, no mais curto espaço de tempo, sem que se aprofunde a discussão do impacto de tal tratado de comércio internacional sobre a economia regional e, em especial, sobre cada uma das economias locais.

Nesse sentido, muito tem colaborado a estratégia de negociação para criação da ALCA por meio de discussões que envolvem, direta e exclusivamente, os poderes Executivo dos paí-

ses convidados a integrarem tal Área de Livre Comércio das Américas, além de representantes de alguns segmentos empresariais sul-americanos.

Ao contrário da tradição norte-americana de mais de dois séculos, de entregar as decisões finais de comércio exterior ao Congresso dos Estados Unidos, os negociadores da ALCA têm se esforçado por manter os Legislativos dos países convidados a ela se integrarem, isolados dessa discussão sobre o projeto da ALCA.

Acredito ser possível revolucionarmos a discussão sobre a criação da ALCA se legislarmos no sentido de torná-la obrigatória no interior de nossas casas políticas, e não só da ALCA, mas de toda a formulação de política nacional de comércio exterior, de aprovação obrigatória pelos Congressos Nacionais de nossa Região de todo e qualquer projeto de acordo, convênio ou tratado sobre comércio exterior.

Agora mesmo, no Brasil, apresentei proposta de emenda constitucional, já aprovada pela Comissão de Justiça do Senado Federal, em que determinamos que toda a formulação de política exterior brasileira seja discutida e aprovada pelo Congresso Nacional, para só então ser encaminhada ao Poder Executivo para assinatura com os países interessados sob a forma de acordos, convênios e tratados.

Exemplo maior da importância da participação do Legislativo em matéria relativa ao comércio exterior de nossos países no cenário das discussões sobre a criação da ALCA, nos chega diretamente da 7ª Reunião Ministerial da Área de Livre Comércio das Américas, realizada em Quito, no Equador, nos últimos dias do recém findo mês de outubro.

Nesse encontro, o grande impasse girou em torno dos subsídios norte-americanos a produtos agrícolas que não conseguem competir em igualdade de condições com os fatores de

produção à disposição dos países-membros do Mercosul nesse campo.

Como exemplo da superioridade sul-americana sobre a agricultura norte-americana, cito apenas alguns exemplos: os EUA subsidiam sua produção de arroz em 110%; a soja norte-americana recebe o equivalente a US\$ 3.8 bilhões para ser o maior produtor mundial desse tipo de grão, ainda assim, os países do Mercosul vão ultrapassá-lo na safra 2002/2003 em cerca de 16%, quando, há 20 anos os EUA nos superavam em 206% na produção dessa mercadoria agrícola; os EUA taxam o açúcar brasileiro em cerca de 280% por tonelada que entra em seu mercado. Vale ressaltar, ainda, o papel da tecnologia espacial norte-americana espionando, via satélite, nossos espaços geográficos.

O Brasil já preparou um estudo sobre a competitividade das cadeias produtivas brasileiras frente às negociações de comércio em que o País está engajado, as realizadas na OMC, o acordo entre o Mercosul e a União Européia e as discussões que têm como objetivo a implementação da Área de Livre Comércio das Américas.

No total, 20 estudos revelaram setores que terão ganhos expressivos nas negociações, entre elas estão o café, produtos cítricos, siderurgia, papel e celulose, além de têxteis, vestuário, couro e calçados.

Outras áreas da nossa economia terão que se preparar para a competição, é o caso dos petroquímicos, plásticos e bens de capital.

Por fim, as indústrias automotiva, farmacêutica, informática, telecomunicações e eletrônica de consumo, por estarem nas mãos de empresas multinacionais, vão exigir um grande esforço nas negociações para se transformarem em plataformas de exportação destinada à ALCA.

Não tenho dúvida da urgência em replanejarmos o Mercosul, com o

objetivo de acelerar a integração das economias locais para, no mais curto espaço de tempo, também integrar as contas nacionais, o que nos permitirá, a exemplo da União Européia, criarmos, por fim, uma moeda única.

Com certeza, se realizarmos este conjunto de propostas básicas fortaleceremos o Mercosul como bloco econômico e nos faremos respeitar frente às economias líderes mundiais em qualquer tipo de negociação comercial.

Acredito que a Comunidade Andina terá que enfrentar os mesmos problemas que o Mercosul frente a uma ALCA, e o papel dos Legislativos locais nesses dois blocos econômicos não podem estar ausentes das negociações que ultimam a criação e implantação de uma Área de Livre Comércio das Américas no curto e médio prazos.

No caso brasileiro, a história e a democracia colocaram nas mãos do Presidente eleito, Luis Inácio Lula da Silva, o destino do Brasil frente à ALCA, devendo-se ressaltar sua opção pelo fortalecimento e expansão do Mercosul.

Cabe, pois, a nós, parlamentares sul-americanos, estabelecermos os instrumentos constitucionais que darão ao Poder Legislativo regional voz e voto na discussão final sobre a criação e implementação de uma possível Área de Livre Comércio das Américas.

Por fim, para concluir a minha participação em tão importante congresso sobre relações internacionais, lembro da importância da Universidade como instituição fundamental no processo de produção do conhecimento que deverá resgatar e divulgar, fugindo do domínio do "pensamento único" sobre as soluções econômicas mundiais, as teses e teorias que justifiquem o ponto de vista dos nossos governantes e representantes diplomáticos no contexto das negociações internacionais sobre comércio exterior.

Muito obrigado.